

TRAÇOS DA TRANSIÇÃO DA ECONOMIA RURAL DE SUBSISTÊNCIAS EM LIBERDADE, MG: A HISTÓRIA DOS QUE FICARAM.¹

José Wellington de Souza²

Resumo: Grande tema nas Ciências Sociais brasileira desde sua formação, a questão do camponês, colono ou agregado vem sendo discutida por grandes sociólogos e antropólogos, dentre os quais despontam Florestan Fernandes, Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiros. Mais adiante autores como Eunice R. Duhan, Afrânio R. Garcia Jr. e Odair da Cruz Paiva, trataram das condições de adaptação após o êxodo, dos conflitos e das mudanças das condições de vida dos trabalhadores rurais nas grandes cidade. A partir de um estudo etnográfico, pretende-se sondar os choques e as adaptações na lógica econômica de “camponeses” em êxodo, que passam a ser moradores da periferia de uma pequena cidade no Sul de Minas Gerais. Nesse caso a lógica econômica é alterada de uma economia agrária de autossustentação para uma lógica capitalista de trabalho assalariado, fazendo com que a população se adaptasse as pressas à nova lógica sobre a reprodução da vida. Esta etnografia, entretanto, se concentrará mais nos conflitos, dilemas e tensões cotidianos vividos por esses trabalhadores que, ao contrário dos casos apresentados nos trabalhos supracitados, ficaram na cidade pequena, nos arredores das fazendas, ao invés de se transporem para centros urbanos industrializados.

Palavras-chave: Cultura. Economia. Campesinato.

Abstract: The issue of the peasant, settler or aggregate is widely debated in Brazilian Social Sciences since the country's settling, and has been discussed by major sociologists and anthropologists such as Florestan Fernandes, Antonio Candido and Maria Isaura Pereira de Queiros. Later, authors such as Eunice R. Duhan, Afrânio R. Garcia Jr. and Odair da Cruz Paiva approached the conditions of adaptation after the exodus, conflicts and changes in the living conditions of rural workers in the big city. From an ethnographic study, it is aimed to probe the shocks and adjustments in economic logic of "peasant" in exodus who become residents of the outskirts of a small town in southern Minas Gerais. In this case, the economic logic is changed from an agrarian economy of self-subsistence to a capitalist logic of wage labor, causing the population to rapidly adapt to the new logic of the reproduction of life. This ethnography, however, focus more on conflicts, dilemmas and everyday stresses experienced by these workers who, unlike the cases presented in the above work, were in the small town, on the outskirts of the farms, instead of moving to industrialized urban centers.

Keywords: Culture; Economy; Peasantry.

¹ Este artigo baseia-se em análises apresentadas na dissertação de mestrado defendida no programa de Pós Graduação em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora intitulada, Camaradas e santos: notas sobre a relação entre desagregação e magia na periferia de Liberdade/MG, sob a orientação do Professor Robert Daibert Junior.

² Aluno de doutorado do programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação do Professor Dmitri C. Fernandes.

INTRODUÇÃO

Da grande discussão referente à definição do homem do campo, não proprietário, no Brasil, muito foi produzido e sedimentado como escopo para os novos estudos sobre o assunto. O tema nunca foi menosprezado, e dele se tratou desde o início do século passado, quando inúmeros estudos tentaram dar forma ao que seria “nosso camponês”, como ocorreu com os caipiras de Cornélio Pires e com as célebres controvérsias em torno da figura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato (LOBATO, 1951) - duramente criticada desde seu lançamento, especialmente após a década de 1970, por autores como Thomas Skidmore e, posteriormente, por Lilia M. Schwarcz (SKIDMORE, 1989; SCHWARCZ, 1995) - até chegar a obras nutridas no seio das Ciências Sociais, hoje clássicas, como as de Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 2003) [1964]; Maria Isaura Pereira de Queiros, *O campesinato brasileiro; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil* (QUEIROZ, 1973); Carlos Rodrigues Brandão, com *Os caipiras de São Paulo* (BRANDÃO, 1983) e Maria Sylvia de Carvalho Franco, com seu *Homens livres na ordem escravocrata* (FRANCO, 1997), dentre inúmeras outras obras relevantes que poderiam ser aqui citadas.

Não pretendo, entretanto, tratar aqui das discussões sobre um conceito explicativo eficaz para definir o homem do campo, pequeno produtor ou das demais problemáticas apresentadas nesses trabalhos, tampouco tratar de sua herança. Tentarei apenas demonstrar, através de uma etnografia realizada entre 2008 e 2010, na periferia da cidade de Liberdade, Sul de Minas Gerais, campo revisitado em diversas ocasiões nos anos seguintes, entre ex-moradores rurais. Procurei entender as relações econômicas, tensionadas, entre uma economia tradicional de produção para consumo e uma economia capitalista moderna na periferia da própria cidade, desconsiderando o êxodo para outros Estados e para Capitais.

As teorias orientaram o estudo sem, no entanto, serem temas direto da discussão que, por interesse primário, terá a etnografia de representações econômicas entre uma população de *ex-agregados rurais* e o processo de sua *desagregação*, segundo a terminologia de Florestan Fernandes (1965).

Êxodo

Liberdade é uma pequenas cidade, que ocupa a microrregião de Andrelândia, entre as regiões do Sul de Minas Gerais e da Zona da Mata Mineira, com população estimada de pouco mais de 5 mil habitantes.

Os primeiros indícios de colonização da região datam de meados do século XVII, quando Bandeirantes saídos de Taubaté, SP seguiram rumo a nascente do Rio Grande em busca de ouro e se estabeleceram na região que oferecia jazidas de ouro, menores que as do interior do Estado, mas o ouro era livre dos impostos da coroa por se contrabandeado facilmente para a cidade do Rio de Janeiro por caminho proibido, alternativo à Estrada Real. Ao longo daquele século, Jesuítas também se estabeleceram na região, onde fundaram o culto ao Senhor Bom Jesus do Livramento, santo padroeiro que nomeou o povoamento, Livramento, então distrito de Aiuruoca, até a emancipação política no final da década de 1930, quando recebeu o nome de Liberdade. (ALVES, 1993).

A região teve um breve e relativo movimento econômico com a extração de ouro, especialmente após a liberação da extração pela coroa. Deste período, restaram à cidade apenas pinturas neobarrocas no forro da igreja matriz e uma imagem em tamanho natural do Bom Jesus do Livramento (ALVEZ, 1993). A atividade econômica contemporânea se restringe a um parco comércio, criação de gado em pequena escala e a serviços públicos ligados a prefeitura municipal.

Do declínio do ouro durante o século XIX até 1939, data da emancipação política, a cidade vivia predominantemente do que se produziam nas fazendas, unidades de produção que buscavam ao máximo a autossuficiência. Estabelecia-se no universo da vida rural libertense uma estrutura hierárquica que tinha no topo os fazendeiros com vastas terras e plantações, com muitos braços a seu serviço e com colonos sem terra, totalmente dependentes dos fazendeiros donos da terra onde viviam como agregados e para quem trabalhavam, no outro extremo. Na camada intermediária, os sitiantes donos ao menos da terra na qual moravam e portadores de certo grau de autonomia que lhes permitia maior mobilidade para trabalhar para escolher parceiros. No entanto, este panorama econômico foi gradativamente transformado ao longo do século passado, sendo a produção para o consumo interno das fazendas substituída pela produção de leite e derivados através da criação de gado leiteiro. Tal substituição de uma atividade econômica por outra parece ter coincidido com a substituição dos quadros de poder local a partir do processo de emancipação política, que como foi comum durante a vigência do Estado Novo, proporcionou, com a fundação de um município novo e a substituição de uma elite política tradicional formada por fazendeiros por uma nova elite política urbanizada e ligada a cargos públicos do Estado Novo. (ALVEZ, 1993).

Uma vez destituída e desmoralizada, na elite tradicional de fazendeiros tornou-se imperativa a obtenção de novos símbolos que legitimassem seu direito ao poder, não mais

representado por terras e agregados dependentes, ao dispor da vontade política do dono das terras, nem de paióis abarrotados de milho e abóbora. A posse de terras “até aonde a vista alcança” só era significativa à medida que esta terra proporcionasse a posse de automóveis, mobília importada e dinheiro que possibilitasse a obtenção do título de “doutor”. Tudo isso levou a um processo de urbanização e à produção agrícola para fins produtivos que podiam ser convertidos em capital monetário (ALVEZ, 1993).

Segundo me afirmaram ex-agregados, a partir daí substituíram-se as plantações por pastos e passaram a substituir gradativamente as roças por roçados para alimentar a criação extensiva de gado. Tornou-se desnecessária a mão de obra da família de agregados, que foi substituída pela mão de obra assalariada de alguns poucos braços destinados à manutenção do gado, à ordenha e à criação de silos com capim e milho para os períodos de inverno.

Da mesma forma, tornou-se desnecessária a permanência das famílias nas terras de colono, sendo antes um estorvo, um uso desnecessário de uma terra que poderia ser usada como pasto. Sobre essa mudança do uso da terra parece não haver documentos, mas a informação é amplamente difundida entre os ex-agregados, fazendeiros e ex-fazendeiros, e muito me foi dito a esse respeito durante o trabalho de campo. Um ex-agregado chamou a atenção para o fato de que na região onde fica a casa paterna, terras antes destinadas ao plantio para a autossuficiência, são hoje locais de plantio exclusivo de capim para o gado. Outro diz ter sido seu pai obrigado a se mudar para a cidade por não ter terras para plantar, pois o fazendeiro com o qual plantava em parceria passou a disponibilizar-lhe para plantio somente terras de baixa produtividade, próximas a brejos de onde toda a família só colhia alguns litros de milho e feijão, que ainda assim eram obrigados a repartir com o fazendeiro.

Foi a partir desse momento que teve início o processo de abandono massivo ou a expulsão de moradores agregados da zona rural, que se estendeu por todo o século passado e que ainda pode ser percebido. No caso do sitiante, proprietário de pequena extensão de terra e de alguns animais, o processo de abandono da terra foi mais complicado e por vezes mais trágico do que o processo do colono sem posses. Para se ver livre do sitiante não bastava ao fazendeiro mandá-lo embora, já que ele era o dono da terra. Era necessário comprar a terra, o que demandaria certos gastos, e mesmo assim sempre havia a possibilidade de algum proprietário negar-se a vendê-la, o que resultou em uma série de conflitos e cenas de violência.

Certamente existem peculiaridades e semelhanças presentes do caso de transição do trabalho de autossuficiência no caso libertense em relação a estudos clássicos sobre o

processo de transição do trabalho agrícola para o rural dependem de variantes regionais, econômicas e culturais. Tais variáveis, que aparecem na presente etnografia, destoam em muitos aspectos de trabalhos consagrados sobre o tema, como o de Eunice R. Durhan (DURHAN, 1978) em que há melhor adaptação do migrante rural da vida urbana; enquanto se aproxima de descrições como as de inadequação de ethos descritas por Fernandes (1965). Acredito ser possível tentar explicar essas afinidades e disparidades com as descrições clássicas como produtos de peculiaridades locais, possíveis apenas de serem superadas pelo trabalho etnográfico.

Assim, enquanto Durhan (1978) afirma que a motivação do êxodo, em seu objeto de estudo seria a procura de melhores condições de vida, já que:

(...) para o trabalhador rural, a migração se apresenta como uma tentativa de “melhorar de vida”, isto é, de restabelecer, em nível alto, o equilíbrio entre as necessidades socialmente definidas e a remuneração do trabalho. Assim como a migração é motivada por insatisfações que são sentidas sobretudo na esfera econômica(...) (DURHAN, 1978, p.145).

Em meu campo de observação, as condições se mostraram outras por se tratar de êxodo para uma cidade pequena e por variáveis culturais que por hora me escapam. Neste sentido, é importante lembrar que a própria Durhan acrescenta que seu estudo vale para os moradores de zona rural que deixaram as terras nas quais trabalhavam, dirigiam-se para grande São Paulo excluindo do estudo os moradores que deixaram a zona rural e se mudaram para cidades pequenas. Desta forma, Durhan descarta de sua análise:

A concentração de população nas pequenas aglomerações urbanas, especialmente nos núcleos de menos de 5.000 habitantes indica que grande parte da população “urbana” brasileira vivia e provavelmente vive ainda em pequenas comunidades onde muito dos habitantes provavelmente se dedicam à agricultura e o núcleo urbano conta apenas com pequenos estabelecimentos comerciais, alguns funcionários administrativos, talvez um padre, e às vezes um pequeno artesanato. (DURHAN, 1978, p. 25-26).

Isso explica a divergências nas conclusões deste trabalho em relação ao que pode concluir Durhan em *A Caminho da Cidade* (DURHAN, 1978), da mesma forma que explica a divergência de conclusões deste trabalho em relação a outros que também trataram do êxodo.

Nesse sentido, destaco o livro de Odair da Cruz Paiva: *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*, uma vez que o livro de Paiva (2004) trata de imigrantes que foram transplantados de seus lugares de áreas de produção agroindustrial, ou de *plantations*, para periferia de grandes centros industriais, servido como mão de obra para a indústria capitalista urbana.

O mesmo caso parece se dar com *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, de Afrânio Raul Garcia Jr (1990). No livro em questão, está em pauta o processo de transferência de trabalhadores rurais, com níveis variáveis de dependência dos grandes proprietários de canaviais, assim como pequenos produtores autônomos que comercializavam suas produções em feiras, para o chamado “Sul” entendido como as cidades industrializadas da região Sudeste do país.

No caso específico de minha etnografia, embora a condição de agregado não fosse das mais idílicas, estando o trabalhador a mercê dos arbítrios dos donos da terra que poderiam desfazer a parceria e os expulsar, sem qualquer aviso ou indenização; além de dependerem as boas condições climáticas para a boa produção, determinando as condições de sua parca subsistência; abandonar seu modo de vida no campo e transferir-se para periferia de Liberdade definitivamente não oferecia melhores perspectivas de trabalho e reprodução da vida.

Restringindo-nos a análise dos que permaneceram na periferia da pequena Liberdade, sem contar os que foram levados em ondas migratórias para as grandes cidades, é certo dizer que alguns desses ex-agregados conseguiram “reagregar-se”, trabalhando na prefeitura do município como pedreiros, capinadores de rua ou ocupando funções similares, e assim se tornaram capazes de alimentar suas famílias. Mas esses empregos eram mantidos graças a relações pessoais e de fidelidade política a um determinado grupo da classe dominante, muitas vezes fazendeiro de quem o empregado havia sido colono.

Faltava ao ex-agregado a capacidade de adaptação ao tipo de trabalho livre e assalariado, conforme demonstra Florestan Fernandes, em *A Interação do Negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”* (FERNANDES, 1965). Na obra, Florestan Fernandes aponta como fator primordial para a inadequação e exclusão dos ex-agregados, da mesma forma que os ex-escravos, às novas condições de trabalho, a dissonância entre seu ethos, (valores e formas de trabalho, moralidade e lógica econômica forjada durante sua vida como agregados ao sistema escravocrata) e o ethos necessário à adequação à vida na sociedade de classes. (FERNANDES, 1965). Ainda segundo Fernandes (1965), este *ethos* para o trabalho assalariado, observado sobre relações pessoais e objetivas de trabalho, determinado por horas de trabalho a serem cumpridas dentro das fábricas (conforme o caso dos ex-agregados analisados por ele, e que se viram obrigados a trabalhar na indústria têxtil paulista) e não mais o trabalho determinado por tarefas e seguindo ciclos produtivos naturalmente impostos pelos ciclos de colheita e plantação foi o elemento responsável, em grande parte, pela inadequação

do ex-agregado a vida urbana e ao trabalho assalariado, tanto no caso de Fernandes (1965), quanto no caso desta etnografia.

No caso específico de Liberdade, empregos por “camaradagem”, no entanto, não foram estendidos aos filhos desses trabalhadores que se tornaram espécie de desempregados crônicos e, mesmo os trabalhadores que melhor se adaptaram àquele novo tipo de trabalho urbano e assalariado, estavam sempre, pelo caráter personalista da política local, ameaçados de perder seus cargos nos períodos de transição política ou por entrarem em desacordo com seus superiores.

Quando nas fazendas, na maioria das vezes, o fazendeiro era padrinho de casamento de seus colonos ou de batismo dos filhos desses, o que de certa forma servia como forma de diminuir o abismo social estabelecido entre o que obedece e o que manda na tentativa de santificar e amolecer os laços estabelecidos nesse mundo através de uma relação de compadrio feita “neste mundo”, ligada ao “outro mundo”, onde as relações de parentesco e as obrigações delas decorrentes eram entendidas como, ao menos em tese, sacralizadas; interditas, inclusive, as relações sexuais entre os elementos dessa aliança pelo tabu do incesto. A partir dessas relações, o padrinho devia ao afilhado certo grau de proteção, algum apoio financeiro em caso de doença e a terra onde o afilhado morava e plantava. Em troca, o agregado oferecia parte de sua produção e sua incondicional fidelidade política e moral.

De forma similar, viviam o colono sem-terra e o sitiante de posse de uma pequena propriedade, mas sem terras em quantidade necessária para produção autossuficiente, obrigado a arrendar mais terras de algum fazendeiro, plantando à terça ou à meia, como os colonos. Este, no entanto, não se via como submisso aos desmandos do proprietário de extensões maiores de terras e nem se considerava empregado do fazendeiro, mas sim seus parceiros, como o nome deste sistema de trabalho, “sistema de parcerias”, tenta descrevê-lo. Percebiam-se como trabalhando para si mesmos os homens e suas famílias, inclusive os filhos pequenos, e recebiam, subtraindo os gastos com o arrendamento da terra e com as sementes e insumos, o produto de seu trabalho, em espécie, dispondo dele de acordo com sua vontade e suas necessidades. Apesar desse sentimento, e de ainda hoje o ex-sitante não admitir ser confundido com o ex-colono, na prática, dependiam de mais terras do que possuíam para plantar uma quantidade mínima de grão para a manutenção de sua economia doméstica, o que os colocava numa relação de dependentes dos arbítrios dos grandes proprietários locais.

A produção ordinária era de milho, feijão, amendoim e abóbora, que dividida entre o dono da terra e seu parceiro era guardada em paióis, onde deveria ser conservada até a

próxima colheita, período no qual seriam utilizados na alimentação da família e dos animais, separados os devidos grãos para o replantio.

Além da plantação em parceria, cabia ao colono ou pequeno proprietário uma margem para produção particular de alimentos e para a criação de animais. Desta forma é que criavam galinhas e porcos, plantavam mandioca, arroz e hortaliças de forma particular, além de exercerem atividades extrativistas e da caça como complemento a economia familiar. Por essa economia, os colonos produziam a parte essencial do que necessitavam para sobreviver, conforme foi descrito em outras situações como economia de subsistência por Durhan (1978) e economia rústica ou fechada, por Antonio Candido (2003) [1964].

Se trabalhassem na plantação particular de um fazendeiro, por um salário, era apenas por curtos períodos de tempo, investindo o pagamento na plantação do próximo ano; na compra de algum animal útil ao trabalho ou para “a engorda”; ou utilizavam-no na compra do que não podiam produzir com seu trabalho, especialmente roupas, pólvora, sal de cozinha, remédios e cachaça (bebida de grande consumo e vasta gama de utilidades medicinais). De modo geral, essa renda extra não era determinante para o sustento da família.

Trabalhando em plantações alheias, eram chamados camaradas e não de colonos ou parceiros. Nesses casos, tinham o trabalho medido por tarefas, de roçado e capino, de forma a terem controle sobre o seu tempo. Uma vez terminada a “tarefa”, que podia ser concluída por um homem adulto “até a hora do almoço, se ele começasse cedo”, ficava a critério do camarada se tiraria outra tarefa para aumentar o ganho, se tiraria duas “tarefas” para descansar ou para cuidar de seus próprios assuntos no dia seguinte ou se descansaria o resto do dia.

A formação da periferia: o bairro da ponte

Ao abandonar suas terras, os ex-agregados foram morar nos arredores da cidade; grande parte no bairro da Ponte, o bairro mais antigo da periferia.

O bairro foi ocupado por ex-agregados rurais por se tratar de uma área pouco valorizada, onde os lotes urbanos eram vendidos por preços irrisórios. Isso se deve à topografia demasiadamente acidentada e à proximidade com o Rio Grande, o que traz a essa parte da cidade problemas como enchentes, baixas temperaturas e a existência de um grande número de insetos; o que se soma o caráter simbólico da depreciação da área pela distância entre esta e o centro comercial da cidade e pela ausência, nas primeiras décadas de ocupação, de sistemas de água encanada, luz elétrica e esgoto.

As casas foram construídas à margem da única rua, a Rua dos Boiadeiros, que servia de acesso de parte da zona rural com a área urbana; caminho por onde, tradicionalmente, passavam as tropas de burro com cargas de carvão vegetal e boiadas, e em algumas poucas vielas que brotavam da rua. Ali se equilibravam pequenas casas cujo acesso era garantido por escadas talhadas na terra do barranco e que tinham por corrimão uma vara de bambu presa nas extremidades por moirões de madeira.

Nos primeiros anos de ocupação, não havia banheiros, e os moradores utilizavam penicos e latrinas, ou faziam suas necessidades entre o mato do quintal. Mais tarde, com a construção dos primeiros banheiros ainda do lado de fora das casas, os dejetos passaram a ser destinados a uma fossa séptica cavada em algum ponto do terreno.

O conforto dentro da casa também não fora garantido pela ida para a cidade. Pouquíssimas famílias possuem computadores. Ainda hoje as salas pequenas sequer contam com um sofá, e a única “sofisticação” é uma TV pequena, um rádio e um aparelho de DVD, que disputam o pequeno espaço da estante com imagens de santos católicos e pequenas toalhas bordadas a enfeitar os produtos eletrônicos. Na cozinha, raras são as casas que se dão ao luxo de terem uma geladeira. O luxo de um forno elétrico, ou ainda de um micro-ondas é ainda mais raro.

A economia de subsistência ou economia de paiol

“Eu tinha um cachorrinho tatuzeiro muito bom que escorava cada bruto de um tatu que enchia um caldeirãozinho de carne e gordura”; “uma bela de uma horta onde a gente plantava couve e almeirão” e “um terreno para plantar milho e feijão” me disse Dona Maria, ex-agregada, com seus oitenta anos de idade à época da pesquisa, sobre a vida boa de fartura que diz ter tido enquanto colona; tempo no qual, enfatizou, não precisava ter dinheiro para comprar nada, ou quase nada: em dinheiro, “comprava só o sal na venda”. Plantava o que precisavam para comer: milho, feijão e abóbora eram a base da alimentação. Também plantavam arroz (uma iguaria para ocasiões especiais), faziam sabão com gordura animal e cinzas de lenha, usavam óleo de azeite de mamona para combustível e como medicamento “depurativo do sangue”, plantavam cana para a produção de garapa e açúcar mascavo e tinham os próprios moinhos e monjolos, onde faziam o fubá “fino” para o consumo humano e “grosso” para alimentar os animais.

Segundo essa senhora, o próprio agregado rural era quem fazia seus móveis, suas roupas e grande parte de seus utensílios.

Nasciam sem médicos, pelas mãos de parteiras, e os filhos mortos ainda sem certidão de nascimento, enterrados após batismo feito por parente ou pela parteira, aos pés dos cruzeiros que existiam no alto de alguns morros. Sem lápide, sem registro oficial.

Deste mundo é que muitos ex-agregados sentem falta, e pelo qual alguns já nascidos na cidade nutrem fantasias. Um mundo de fantasiosa abundância e regalo vivido na casa dos avós e, mesmo os que se lembram das agruras “daquele tempo”, parecem estar inclinados a cultuar a crença nesse “paraíso perdido” e a acreditar que a vida era mais agradável, quando não se precisava comprar o que se consumia.

É importante perceber o valor dado por essas pessoas a esse período de sua história, apesar de alguns dizerem não ter dele boas lembranças. Para melhor entender as condições que levaram à inadequação do ex-agregado rural à vida urbana e ao trabalho assalariado, é necessário pensar como essas pessoas se organizavam para a produção de gêneros alimentícios, quais os meios de acumulação e as formas simbólicas utilizadas neste processo de produção e acumulação manifesta em sua moral para o trabalho ou sua disposição ética para o trabalho semelhante ao descrita por Florestan Fernandes (FERNANDES, 1965). Da mesma forma, é necessário apreender como se manifestava sua lógica ou cálculo econômico para o trabalho que era realizado no seio familiar dos ex-agregados em Liberdade, as formas de acumulação dos bens produzidos e o investimento de excedentes a fim de reproduzir a força de trabalho da família, de modo a proporcionar um viés interpretativo que nos possibilite traçar, ao menos em linhas gerais, a estrutura de pensamento e as possibilidades de cálculo para a ação econômica de que dispunham estes ex-agregados observados na etnografia; cálculos que vieram a contribuir para a construção das formas de ação e percepção na esfera religiosa, nas crenças e práticas religiosas e na sua concepção da ordem e do funcionamento do mundo em que vivem.

A lógica econômica que regia essas pessoas tem sido tradicionalmente chamada por diversos termos, o mais consagrado, talvez, o de economia rústica, cunhado por Antonio Candido em *Os Parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 2003) [1964]. Essa economia parece estar subordinada a forma de cálculo “não capitalista” e “não moderno” pelo qual se guia, ainda hoje, embora de forma difusa, parte da população formada por ex-agregados moradores da periferia de Liberdade, em especial no bairro da Ponte.

Não devemos desconsiderar as diferenças entre os caipiras paulistas, estudados por Candido, em espaço, tempo e tipo de atividade econômica diversa da de nosso estudo, visto que o povoamento de Liberdade, MG se deu em torno da extração de ouro, para depois se

tornar uma região especificamente agrícola de subsistência. Entretanto, vale aqui reproduzir um pequeno trecho de Candido como forma de melhor exemplificar o que seria a economia rústica.

Segundo os informantes anciãos do grupo que estudei - e que para responder sondavam não apenas a memória infantil, mas a tradição ouvida de pais e avós - antigamente, a “gente do sítio” fazia tudo e raramente ia ao comércio, comprar sal. Não havia quase negócios; cada um consumia o seu produto e nos anos fartos sobrava mantimento, que “não tinha preço”. Todos faziam fio de algodão, que as tecedeiras transformaram em pano, com o qual se confeccionava a roupa (...) (CANDIDO, 2003, p.49) [1964].

Candido também nos informa sobre a idealização que o trabalhador rural faz do tempo dos antigos, espécie de Idade de Ouro, quando:

Nas palavras do caipira, todavia, o “tempo de dante” ou “dos antigo”, era o próprio reino da fartura. Conforme um deles, no tempo do avô e de seu pai, a medida para semear não era o alqueire, mas o dedal...Um dedal cheio de arroz dava produção abundante, pois era imensa a força da terra. As colheitas eram tão grandes que nem se colhia tudo; deixava-se milho no pé para os porcos comerem, e muitas vezes era preciso jogar mantimentos no pasto, para dar lugar ao novo nos paióis. (CANDIDO, 2003, p. 244) [1963]

Esta economia rústica, que nos relatos obtidos na pesquisa de campo pareceu-me uma economia centrada no paiol, baseava-se principalmente na produção, acumulação e reprodução de gêneros alimentícios para subsistência de um salário recebido *in natura* de parte do que foi por ele produzido e armazenado *in natura* nos paióis. Do que era recebido, quase que a totalidade era destinada a sua sobrevivência e a de sua família, apenas uma pequena parte excedente (somada à pequena criação de animais para abate) era destinada à venda, a fim de que pudessem adquirir gêneros especialmente como certos combustíveis, tecidos, medicamento e ferramentas. Tudo isso era adquirido ou através da transformação de “capital *in natura*” em capital monetário ou pela troca direta, já que muitas aquisições eram custeadas e calculadas em “sacos de milho”, “bandas” ou “quartas de porco”.

Na economia de paiol do homem rural libertense, a maior parte do que era produzido era armazenado em paióis de madeira e bambu cobertos com sapé ou telhas de barro, construídos no terreiro da casa onde morava o agregado, e era destinado, até a próxima colheita, à alimentação de homens e animais de criação. Um incêndio ou o ataque de insetos ou ratos era uma tragédia para a família.

De acordo com a fala dos ex-agregados, era em torno do paiol girava toda a vida econômica e a subsistência familiar. Era do milho depositado no paiol que se fazia o fubá, matéria prima para bolos e broas, e o angu que de tão importante para a alimentação era considerado sagrado ao ponto de o seu cozimento ser iniciado com o sinal da cruz feito com a colher de pau na água ainda fria, para dissolver o fubá. O angu era comido no almoço e no jantar, junto do feijão e da abóbora, também armazenados nos paióis, e eventualmente comido com carne de frango ou de porco, também como café da manhã ou da tarde, com leite, café com leite ou apenas com café, como angu salgado à maneira da polenta, mas sem molho. Era o milho do paiol que alimentava as galinhas e reforçava a alimentação dos porcos, criados soltos, alimentados com milho e lavagem (restos de comida, água, restos de vegetais e farelo de fubá).

Da boa colheita e de sua armazenagem adequada, dependia a vida dos agregados e era o sucesso nessa operação, que proporcionava o equilíbrio entre a tênue linha que separava a sua condição de pobreza da mais completa miséria e da fome. Por essa dependência do alimento armazenado, motivado pelas condições socioeconômicas da época, esta lógica de produção e armazenamento *in natura* do que era produzido tenha sido tão fortemente incorporada pelos agregados e ex-agregados rurais. Lógica que não abrangia só as plantações, mas também outras atividades produtivas como a criação de porcos, que depois de mortos tinham a sua carne armazenada, pré-cozidas junto com sua gordura, em latas de folha de flandres. Carne e gordura eram utilizadas e economizadas até que chegasse a hora de matar outro animal e servia de reserva proteica por longos períodos, como os alimentos do paiol serviam de reservas energéticas.

No caso observado nesta etnografia, foi tão forte essa lógica do paiol de produção, consumo e armazenamento não capitalista que, segundo me foi dito, chegou ao ponto de determinar relações de trabalho que, à primeira vista, deveriam ser monopólio da lógica capitalista moderna de produção. Isso se deu com a produção de carvão vegetal para ser vendido para a indústria das cidades do Estado do Rio de Janeiro, produzido por famílias de agregados a pedido de proprietários de terra, que o comercializavam posteriormente.

Embora o trabalho realizado pelas famílias agregadas na produção de carvão vegetal fosse remunerado em moeda, sendo uma fonte alternativa de renda para as famílias agregadas, isso não significou que junto com o dinheiro tenha adentrado na região uma lógica econômica estranha a da subsistência. Primeiro, porque o dinheiro obtido com a produção de carvão foi revertido em investimentos próprios à lógica da economia rústica, na compra de animais para

a criação, em especial porcos e galinhas, em sementes e em utensílios destinados à produção para a subsistência. Segundo, porque este trabalho era realizado por toda a família, atuando o pai de família não como provedor responsável pelo sustento da família, mas sim, como um organizador da força de trabalho intrafamiliar e explorador dessa força de trabalho.

Outra característica que se estendeu do modelo típico de economia de subsistência em Liberdade, numa variável da economia rústica em transição para a economia monetária, foi o ethos de poupança do trabalhador rural. O excedente monetário não era investido ou economizado de acordo com as normas vigentes no capitalismo, mas reinvestido na própria economia de subsistência de acordo com a lógica econômica desse tipo de atividade, e de acordo com as normas culturais que regiam as suas vidas. Guardavam o dinheiro debaixo do colchão ou em gavetas trancadas à chave, ou ainda em latas de folha de flandres, ironicamente as mesmas onde a economia rústica os mandava armazenar as carnes.

A economia da caderneta: persistências da economia de paiol

A partir desses tópicos, podemos inferir sobre as dificuldades que os ex-agregados encontraram ao se deparar com uma lógica econômica tão distinta da sua, mudar para cidade começar a trabalhar num sistema assalariado e numa sociedade de classes (FERNANDES, 1965), na qual sua conduta econômica teve pouco efeito, em que a renda dependia principalmente do trabalho assalariado individual e onde o dinheiro não era mais um ganho extra, mas a principal fonte de renda. Quanto tempo devem ter levado esses agricultores acostumados a calcular seus gastos e investimentos em balaios de milho e quartas de porco para se adaptarem, se é que o fizeram, à lógica monetária e capitalista do ganho, poupança e investimento?

A isso se liga à forma através da qual o ex-agregado passou a organizar sua vida econômica, em torno da “venda” e da “caderneta”. Na venda, sob a garantia de sua palavra, ele fazia compras a crédito, anotadas em uma caderneta que ficava em sua posse. A posse da caderneta definia se o comprador, mulher ou filho tinham a permissão paterna para comprar num dado momento. Fazia-se uma grande compra no início do mês, quando se “acertava a conta” do mês anterior, e comprava-se o que viesse a faltar ao longo do mês, “comprando picado” para depois “acertar tudo” no próximo mês e fazer uma nova compra. A compra muitas vezes custava mais do que o comprador podia pagar, mesmo quando ele comprava apenas o indispensável, o que, ao lado da dívida moral que adquiria junto ao comerciante, tornava-o dependente da caderneta. Através da caderneta, o ex-agregado podia calcular por

meio de uma lógica quase que não monetária ou mais ainda, quase que em espécie, ao possibilitar que o ex-agregado pensasse primeiro na necessidade da compra do estritamente necessário, sob a pena de passar o mês sem nenhum dinheiro, mas com crédito, o que possibilitava que ele tivesse um cálculo quase que “de paiol”, com alimentos armazenados na despensa e, assim, na venda. De certa forma, o cálculo da economia de subsistência flexibilizou-se e manteve-se como preponderante até hoje.

Algumas transformações culturais observadas são relevantes, como as ocorridas no plano religioso, quando da lógica econômica em torno do paiol era ser dependente da vontade de Deus e da boa vontade dos Santos. Das boas graças do céu, dependiam a fertilidade dos animais, assim como a sua saúde, e o bom pasto e a boa colheita. Uma chuva mais forte ou a ausência de chuva, uma geada ou uma tempestade de granizo, ou ainda uma infestação de insetos, lagartas, carunchos, podia condenar à fome um grande número de famílias, assim como a bicheira, a febre aftosa ou qualquer outra doença que viesse abater-se sobre o gado, sendo São Sebastião o Santo mais aclamado para resolver as questões econômicas.

Nos novos tempos de caderneta, disposto em oratório móvel e portátil feito de madeira, o santo das urgências e, segundo diziam, das pessoas endividadas, é Santo Expedito, que peregrina de casa em casa, atendendo aos pedidos de moradores “pendurados” na caderneta. As atividades agrícolas permaneceram margeando a atividade econômica. Nas primeiras décadas de ocupação, o limite dos lotes não era bem delineado, e na ausência de ruas, fizeram vielas como caminhos alternativos para o centro da cidade. Nesses pequenos lotes, os ex-agregados tentaram reproduzir o modo de vida que levavam como agregados, criando animais e cultivando legumes e verduras no espaço limitado de que dispunham.

Importante não perder de vista que a prática econômica (e cultural) da antiga vida de agregado rural prevaleceu de várias outras formas, comum ainda hoje, pautada em um tipo de organização de ocupação de espaço que nos é estranha: mistura de horta e jardim, e mesmo quando só jardim, não o jardim europeizado e racionalizado que nos é comum. Misturam-se, de forma que nos parece desordenada, temperos, ervas medicinais, hortaliças, flores e árvores frutíferas de pequeno porte, limoeiros e laranjeiras no pequeno espaço existente entre o barranco e a casa, e às vezes estende-se pelo barranco.

Nessas condições, a organização da família e a disposição para o trabalho experimentadas pelos moradores enquanto trabalhadores rurais mostraram-se incompatíveis com a vida e com o trabalho urbano, e embora não houvesse afinidade entre as disposições incorporadas e o trabalho urbano, a reprodução dessas disposições apresentava-se como a

única forma possível de socialização dos moradores, o que promoveu uma inadequação responsável, entre outros males, pela marginalidade dos moradores no processo produtivo que se alterou ao longo do século passado. Transferindo-se da produção para a autossuficiência à produção capitalista e conseqüentemente para a miséria e inadequação à vida urbana.

Quando da subsistência realizada nas fazendas, era a família o ponto de referência (ou unidade produtiva). O colono contava com a mulher e os filhos para a produção agrícola e para negociar com o patrão melhores condições de trabalho. Justifica-se assim, a necessidade de um grande número de filhos, de preferência homens, que logo quando pudessem empunhar uma enxada ou foice eram postos no trabalho e assumiam questões administrativas e negócios do pai, em “rolos e barganhas”, compra e venda, logo no início da adolescência ou mandado para trabalhar fora, arrecadando dinheiro para a família, casando-se logo e tendo filhos que logo estariam prontos para trabalhar ajudando no sustento dos irmãos mais novos, nos roçados e colheitas dos avós, tios e primos.

O trabalho em liberdade

Na nova organização do trabalho, que passa a ser o assalariado, desloca-se o núcleo da unidade produtiva e autoprovedora centrado na família para o “pai de família”, que passa a ser, ao menos em termos gerais, o responsável pelo sustento da casa e o único que deveria trabalhar fora de casa, ao contrário do que acontecia enquanto eram agregados. A partir dessa nova necessidade moral oriunda da sociedade de classes, tende-se a criar a figura burguesa do “pai provedor”, que se soma ao novo sistema econômico instaurado na zona rural com a substituição lenta e gradual da produção rural para a subsistência pela criação extensiva de gado para a produção de leite. Substituição lenta, mas que acaba por determinar economicamente a extinção do trabalho familiar ao empregar somente a mão de obra masculina e adulta nas suas atividades, contrariando a lógica da economia tradicional segundo a qual todos os entes da família deveriam trabalhar.

No novo sistema econômico que ali se instaurava só havia, quando havia, trabalho para os pais e talvez para os filhos mais velhos da família que se empregavam como “retireiros”, balconistas, pedreiros e serventes ou como funcionários não especializados da prefeitura municipal, ou como funcionários da usina de níquel instalada na cidade.

Para as mulheres, muitas ainda meninas, pouquíssimos postos de trabalho foram oferecidos, e elas logo foram obrigadas a trabalhar como empregadas domésticas ou

lavadeiras, recebendo por estes trabalhos salários irrisórios com os quais buscavam sustentar os filhos ou os irmãos menores.

Os meninos também não podiam ficar em casa esperando que os pais lhes providenciassem o sustento e passavam os dias andando aos bandos pela cidade procurando o que fazer, realizando pequenos serviços a quem estivesse disposto a pagar, ou partiam para uma economia extrativista, recolhendo frutas silvestres ou indo buscá-las em sítios quando os donos não faziam conta destas frutas, para depois vendê-las na cidade a preços baixos. Vendiam jabuticaba, goiaba, pinhão, peixe, lenha, ou peças de carne dispensadas do matadouro municipal. Alguns poucos atuavam como ajudante de caminhoneiro ou ajudante de retiro. Outros andavam pelas ruas com caixas de engraxate ou esperavam entre bares e mesa de bilhar que lhe pedissem para levar um recado ou para que fossem buscar o almoço do atendente do bar que não podia deixar seu posto. Mesmo jovens, eram considerados homens e já faziam uso de álcool e tabaco.

Os que nasceram ou se mudaram ainda pequenos para a periferia da cidade, e que por um motivo ou outro não tinham meios ou vontade de deixar a cidade para buscar trabalho nas grandes metrópoles, não tiveram melhor sorte em sua adaptação à vida urbana do que seus pais e seus irmãos mais velhos. Viviam em condições de extrema pobreza, esperando por comida na casa de vizinhos um pouco mais abastados, realizando em troca pequenos serviços e gerando mais brigas, fofocas e intrigas ao buscarem na casa alheia o alimento, pouco mesmo nestas casas, desonrando assim a casa paterna por não conseguirem alimentar-se por seu trabalho.

Mais que isso, criavam aversão às regras impostas pelo trabalho assalariado e pela escola. Não reconheciam como legítimos os sistemas disciplinares das escolas, o que incorreu em altas taxas de evasão escolar. Negavam-se a trabalhar em empresas de construção civil ou em empresas de manutenção e construção de estradas, afirmando que essas “firmas” os exploravam demasiadamente por fazê-los trabalhar em dias santos, feriados e finais de semana, uma justificativa muito semelhante a que Florestan Fernandes, como uma dissonância de ethos, que impedia os ex-agregados do período pós-escravatura de se estabelecerem como trabalhadores assalariados.

Considerações finais

Assim se deu com os ex-agregados, que permaneceram desagregados em Liberdade, MG. Tanto a cidade quanto a região estiveram à margem do processo produtivo capitalista, e na verdade ainda estão. Os ex-agregados ficaram à margem dessa margem.

São verossímeis essas notas deste campo que retratam uma geração de jovens homens desagregados, solteiros, na faixa dos trinta anos, que se reuniam diariamente sob a ponte, à beira do rio, em volta de uma garrafa de cachaça, num grupo que diminui a cada ano devido aos falecidos por cirrose, derrame e demais doenças causadas pelo uso abusivo do álcool, sem terem deixado como legado nada mais que um túmulo sem nome.

REFÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, J. *Serra da Mantiqueira: Liberdade transformações e permanências*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

BRANDÃO, C. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seu meio de vida*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.

DAMATTA, R. *Edmund Leach: Antropologia*. São Paulo, Ática, 1983.

DURHAN, E. *A Caminho da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: o legado da “raça branca”*. São Paulo, Dominus, 1965.

FERNANDES, R. *Os cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

FREYRE, G. *Casa grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

MAIA, T & MAIA, T. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: MEC-SEC: FUNART; Instituto Nacional do Folclore; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Univ. de Taubaté, 1981.

QUEIROZ, M. *O campesinato brasileiro; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo, EDUSP, Petrópolis, Vozes, 1973.

SOUZA, J. *Camaradas e santos: notas sobre a relação entre desagregação e magia na periferia de Liberdade-MG*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

Recebido em: 30/10/2015

Aceito: 25/03/2016